

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO  
CASTELO REALIZADA NO DIA 3 DE  
NOVEMBRO DE 2004 -----**

----- Aos três dias do mês de Novembro do ano dois mil e quatro, nesta cidade de Viana do Castelo e Paços do Concelho, reuniu-se a Câmara Municipal de Viana do Castelo sob a presidência do Presidente, Defensor Oliveira Moura e com a presença dos Vereadores Flora Passos Silva, Manuel da Silva Ribeiro, José Maria da Cunha Costa, Rogério Ramiro da Silva Barreto, Ilda Maria Menezes de Araújo Novo, Joaquim António Cardoso Ribeiro, César Augusto Lima Mendes Vaz de Brito e Alberto Jaime Marques Midões. Secretariou o Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal, Luís Filipe Neiva Marques. E, tendo tomado os lugares que lhes estavam destinados, o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião pelas dez horas, não se verificando a falta de qualquer membro da Câmara. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM**

**DO DIA:- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:-** O Presidente da Câmara deu conhecimento do ofício nº 192/04, de 28 de Outubro, enviado pela Associação Empresarial de Viana do Castelo registado na SEG, em 29 do mesmo mês de Outubro, sob o número 15719, na sequência de uma Assembleia Geral extraordinária realizada em 25 de Outubro findo, e pela qual esta entidade vem propor a recolocação das paragens de autocarros, bem como a manutenção dos circuitos que estavam a ser praticados antes da entrada em funcionamento da nova concessão de Serviço Público e do Interface de Transportes. Em comentário a este ofício o Presidente da Câmara referiu que os transportes urbanos garantem o transporte de 80% a 90% dos passageiros que utilizam os transportes colectivos, porque são residentes no interior do perímetro da concessão, e todas as carreiras

de transportes urbanos tem paragens em todo o anel rodoviário da cidade. Mais acrescentou, que em recente reunião realizada com representantes da Transcunha ficou acordada a adopção de novas modalidades de passes, que permitam aos utentes utilizar o circuito do centro histórico a um preço simbólico para os passes sociais e para os bilhetes pré-comprados e gratuito para os estudantes dos transportes escolares. O Vereador Joaquim Ribeiro, informou que todo o comércio localizado na área correspondente ao acesso à cidade das pessoas vindas de fora, tem sofrido enormes perdas desde a mudança efectuada com a entrada em vigor do interface de transportes. Durante décadas o fluxo normal das pessoas para entrada e saída da cidade foi efectuado por estas artérias, factor que levou à instalação de muito comércio nas suas imediações e provavelmente influenciou a própria instalação do mercado municipal, após demolição do que inicialmente existia onde está o edifício jardim. A conjugação do fecho do mercado com as obras inerentes aos edifícios construídos neste local e agora esta mudança nos hábitos dos fluxos das pessoas, tem criado sem dúvidas grandes quebras nas vendas do sector do comércio nos últimos dois anos. Defender os postos de trabalho instalados é uma preocupação da Associação Empresarial que naturalmente apoiamos. Seguidamente, aludiu ao ofício nº 187/04, de 28 de Outubro findo, registado na SEG, na mesma data, sob o número 15591, também da Associação Empresarial de Viana do Castelo, resultante igualmente da referida assembleia geral extraordinária, este relativo á intenção de criação de três novas grandes superfícies comerciais no concelho, a propósito do qual reafirmou que a Câmara Municipal não pode tomar uma posição generalizada, devendo antes avaliar cada pretensão isoladamente, sabendo que a Câmara Municipal dispõe apenas de um voto entre cinco, pois tantos são os membros da Comissão que emite os pareceres relativos á localização dos referidos equipamentos. O Vereador Joaquim Ribeiro referiu que não podendo tomar uma posição generalizada que é compreensível, a Câmara poderá avaliar

pelos critérios objectivos definidos pela Lei relativamente a novos licenciamentos, quer dos eventuais impactos positivos, quer dos negativos e, embora seja um voto na comissão, terá antes de tudo de emitir parecer sobre a localização pretendida, que deverá ser aprovada ou não pela Câmara antes de qualquer licenciamento ou comissão. Relativamente ao Concelho, a sua Sede ficará reconhecidamente saturada, se os novos pedidos de licenciamento para estes espaços comerciais forem licenciados favoravelmente. Por último, referiu-se ao PIDDAC que o Governo apresentou já na Assembleia da República na parte relativa aos investimentos que a Administração Central se propõe realizar, quer no distrito quer no concelho de Viana do Castelo em 2005. A este propósito manifestou a sua indignação pela continua redução dos valores de investimento nos últimos quatro anos, agravado pelo facto de a taxa de execução ter sido, nos últimos dois anos muito baixa, e, no outro lado, se verificarem aumentos de cerca de 40% nos valores atribuídos a Lisboa e Porto o que contraria os propósitos descentralizadores do Governo. **INTERVENÇÃO DO VEREADOR ALBERTO**

**MIDÕES:-** A propósito ainda do PIDDAC/2005 o Vereador Alberto Midões apresentou a declaração que seguidamente se transcreve:- “O PIDDAC PARA 2005 DEFRAUDA OS INTERESSES DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO - O PIDDAC regionalizado (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) proposto pelo Governo PPD-CDS/PP para o ano de 2005 representa, a exemplo do sucedido em anos anteriores, um sério revés e mesmo uma afronta para os interesses das populações e do distrito de Viana do Castelo. A proposta apresentada na Assembleia da República revela claramente que a nossa região é mais uma vez discriminada pelo poder central como vem acontecendo nos últimos anos, e que nem a inclusão em programas anunciados, mas não concretizados, como o PRASD, tem alterado o esquecimento e até o desprezo a que temos

sido votados desde há muitas décadas. O PIDDAC regionalizado, importante instrumento orçamental, aponta os investimentos que a Administração Central pretende realizar em cada um dos distritos no próximo ano. Ora o PIDDAC proposto para 2005, quer pelo volume de investimento, quer pelas obras que está previsto realizar, mostra claramente que a nossa situação periférica, de atraso em relação às médias do país e europeias, é para continuar e, previsivelmente para se agravar. Na linha do que vem acontecendo nos últimos anos, e contrariando notícias vindas a público, o volume total do PIDDAC regionalizado para o distrito de Viana do Castelo mais uma vez diminui de forma drástica. Nos últimos anos verificaram-se quebras acentuadas no PIDDAC, passando de cerca de 118,7 milhões de euros em 2002, para 108,7 milhões de euros para 2003, 76.742 € em 2004 e apenas 54.771 € em 2005. Demonstrativo do esquecimento a que vem sendo votado o Alto Minho é o facto de o valor proposto no PIDDAC para 2005 representar apenas 46,1% do valor do PIDDAC aprovado para o ano de 2002. Se tivermos em conta a inflação dos últimos anos e a que está prevista para o próximo ano, então podemos afirmar que os investimentos e os valores propostos no PIDDAC para 2005 são uma clara afronta para as populações do Alto Minho. Comparativamente com o PIDDAC aprovado para o ano de 2004, há um corte de 29,5% e numa perspectiva concelhia, o investimento apenas sobe em Ponte de Lima e Melgaço, no primeiro caso devido à inclusão de uma nova ponte no Rio Lima, e no segundo porque se verificou em 2004 a situação escandalosa de apenas estarem orçamentados 362 € para o concelho. No concelho de Viana do Castelo com um investimento de cerca de 6 milhões de euros, 65% deste valor é afectado a três projectos (Apoio ao desenvolvimento da frota da Marinha Mercante, ao núcleo Escolar de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo e ao projecto de instalação de novos Juízos em Tribunais) sobrando os restantes 35% para inúmeros projectos, alguns dos quais, sem concretização à vista, se arrastam desde há muitos

anos. (como exemplo a Esquadra da PSP em Darque). O anunciado e ainda não confirmado investimento de cerca de 340 milhões de euros nos ENVC, para construção de navios para a Armada, será factor de estabilidade social e por essa razão se saúda, bem como os dois milhões de euros para investimento através do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos nos concelhos de Viana e Caminha. Mas, a conhecida tendência privatizadora e alienadora do património público deste Governo não permite tranquilidade e faz-nos desconfiar de tão generosa atitude. Quando a esmola é grande o pobre desconfia! Importa lembrar que, contrariando promessas e a propaganda de alguns dos apoiantes do Governo, na distribuição de verbas, o distrito de Viana do Castelo é dos dezoito distritos o que menos recebe, que ainda há concelhos do nosso distrito que não são contemplados com investimentos relevantes há vários anos e que noutros concelhos o valor inscrito como proposta é ridículo, em particular se considerarmos as carências existentes. O PCP, constatando as graves e discriminativas propostas do PIDDAC 2005 para o distrito de Viana do Castelo, relembrando o propósito de instalação de portagens reais no trajecto do IC1, medidas que de um modo geral são factores de desmotivação empresarial e desinvestimento no distrito de Viana do Castelo, irá enviar ao Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República um conjunto de alterações a introduzir no Orçamento Geral do Estado com o objectivo de atenuar carências existentes e dar expressão a sentidas aspirações de populações, procurando contribuir para o real desenvolvimento do distrito. (a) Alberto Midões.”.

**INTERVENÇÃO DA VEREADORA ILDA ARAÚJO NOVO:-** Por último, e relativamente ao mesmo tema a Vereadora Ilda Araújo Novo apresentou também a seguinte Declaração:- “A indignação do Senhor Presidente da Câmara Municipal entende-se. É que, como Autarca que preside aos destinos do nosso Município é natural que o Senhor Presidente reclame sempre mais participação e despesa pública da administração central no concelho.

Como membro do Partido Socialista, também se compreende a sua insatisfação, é a voz da oposição ao Governo, que fala. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Aparentemente, o volume de despesa afecto ao Concelho, parecerá minguado. Com a honestidade intelectual que o caracteriza, o Senhor Presidente deveria ter lembrado e recordado que para além do PIDDAC, propriamente dito, há mais. Há despesa ou participação do Estado em vultosos investimentos no concelho, que se encontram programados serem executados no próximo ano. Quer através da administração indirecta do Estado, quer de empresas públicas ou empresas por si participadas. Importaria dar nota desse plano de investimentos. A saber: a) via MOP e IPTM: os acessos ferro-rodoviários ao Porto de Comercial de Viana do Castelo, há longos anos prometidos, sem cumprimento, pelos governos anteriores; b) o arranque da marina atlântica; c) as obras de beneficiação e reequipamento do mesmo Porto de Mar; d) a intervenção ambiental no cordão dunar da orla costeira a sul do Rio Lima; e) o vultoso programa de investimentos das Águas do Minho e Lima no concelho; f) a fatia de leão para a Vianapolis, S.A., tão omitida; g) a encomenda, para o decurso do próximo ano, dos navios patrulhasoceânicos, a serem executados nos ENVC, de muitas dezenas de milhões de euros – o que representa, como é bem sabido, um investimento vital para a Marinha Portuguesa, os ENVC e, em particular, para o desenvolvimento económico-social de Viana do Castelo; h) o reequipamento dos ENVC, de muitas dezenas de milhões de euros. Cuidei dar alguns exemplos. Que, grosso modo, traduzem um investimento muito significativo no Concelho. Apraz-me registar, sobremaneira., o investimento projectado realizar nos ENVC. Trata-se de verdadeiro e real investimento, capaz de gerar riqueza para outras empresas e, em particular para as famílias. Os ENVC estavam tristemente encalhados pelos governos anteriores. O nosso Governo desencalhou-os. Procura dar-lhe um rumo. Um futuro sustentável. Só por si, este investimento nos ENVC, deveriam deixar o Senhor Presidente orgulhoso e satisfeito. A

política partidária não o permite. Mas entende-se. Concluindo: tenho apreço por esta Proposta de Orçamento para Viana. Não será a ideal e a almejada. Concedo. Mas, o seu impacto económico-social projecta ser, por demais, inegável. Confio, porquanto se trata para mim e para o Partido que represento, o CDS/PP, um factor decisivo, que a sua execução seja integral. É que os programas de investimentos poderão ser interessantes, mas o que diferencia os governos é também a sua capacidade execução. O cumprimento daquilo que prometem. Na altura própria também não deixarei de avaliá-lo. (a) Ilda Araújo Novo.”.

**INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ MARIA COSTA:-** O Vereador José Maria Costa prestou novas informações acerca do processo relativo à construção de uma fábrica de aerogeradores em terrenos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, designadamente ao estado de adiantamento do concurso público para exploração da potência disponível.

**INTERVENÇÃO DO VEREADOR MANUEL RIBEIRO:-** O Vereador Manuel Ribeiro prestou vários esclarecimentos acerca da polémica que tem envolvido a construção do posto de abastecimento de combustíveis na área adjacente ao E. Leclerc, em Darque, concluindo por dizer que, enquanto a Direcção Regional de Economia do Norte não emitir a respectiva licença de exploração, esta Câmara Municipal também não emitirá a necessária licença de utilização, também indispensável à abertura do posto de abastecimento de combustíveis.

**INTERVENÇÃO DA VEREADORA ILDA ARAÚJO NOVO:-** A Vereadora Ilda Novo referiu-se a uma carta que foi remetida a todos os membros do Executivo pela ERI – Empreendimentos e Realizações Imobiliárias, Lda., tendo a propósito do seu conteúdo solicitado esclarecimentos relativos á compatibilidade da construção de bares de apoio de praia com o previsto no Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha/Espinho. O Vereador José Maria Costa esclareceu que os dois bares de apoio de praia que a Câmara

Municipal deliberou concessionar, um situado na Amorosa e outro no Cabedelo são compatíveis com o previsto no POOC, concretamente nos respectivos planos de praia, e adiantou que está em preparação uma informação técnica a respeito do conteúdo da aludida carta e que será oportunamente apresentada. **ADITAMENTO À ORDEM DE**

**TRABALHOS:-** Por se ter considerado de resolução urgente, a Câmara Municipal deliberou, nos termos do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, aditar à presente Ordem de Trabalhos os seguintes assuntos:-

- ANIMAÇÃO CULTURAL - TEMPORADA OUTONO/INVERNO - AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS;
- ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA ARRANQUE DE NOVAS SALAS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA;
- EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE BARROSELAS - TRABALHOS A MAIS - RATIFICAÇÃO;
- EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO - TRABALHOS A MAIS - RATIFICAÇÃO;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **ORDEM DO DIA:-** Presente a ordem de trabalhos, foram acerca

dos assuntos dela constantes tomadas as seguintes resoluções:- **(01) APROVAÇÃO DAS**

**ACTAS DAS REUNIÕES DE 6 E 20 DE OUTUBRO:-** A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou aprovar as actas das reuniões realizadas nos dias 6 e 20 de Outubro findo, pelo que irão ser assinadas pelo Presidente da Câmara e pelo Secretário das respectivas reuniões. Esta deliberação foi tomada por maioria com a abstenção dos membros que não estiveram presentes nas referidas reuniões. **(02) PROCESSO DE OBRAS N.º**

**446/04 - ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA MARINA DE RECREIO:-** Presente o processo de obras em título e apreciadas as



informações técnicas, bem como os pareceres favoráveis emitidos pelo IPPAR, pelo Centro Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo e pela Delegação de Saúde de Viana do Castelo, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do disposto na alínea a) do número 5º do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conjugado com o disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, aprovar o respectivo projecto de arquitectura. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(03) RELATÓRIO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE**

**CONTAS À GERÊNCIA DE 2002:-** Foi presente o Relatório de Auditoria nº 30/2004, do Tribunal de Contas e relativo ao exercício de 2002, tendo a Câmara Municipal face ao conteúdo do mesmo, deliberado:- A) Notificar os funcionários que prestavam serviço na Secção de Execuções Fiscais para os efeitos do item 2.3.5.1.2., fls 44, 45 e 46 do referido Relatório. B) Relativamente ao Parque Empresarial de Lanheses, dar execução ao que ficou expresso nas alegações de resposta ao relatório preliminar, no ponto 2.3.6. alínea j), datado de 5 de Maio último, no que concerne à celebração de acordo com a GestinViana que preveja a forma e condições de ressarcimento do Município do valor da contrapartida nacional suportada por este. C) Remeter cópia do Relatório de Auditoria ao Presidente da Assembleia Municipal para os efeitos previstos na alínea i) do número 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(04) AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS**

**CARENCIADOS DO 1º CICLO E ESCALÕES DE COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR 2004/05:-** Pela Vereadora Flora Passos Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “PROPOSTA – AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS DO 1º CICLO E ESCALÕES DE

COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR 2004/2005 - Decorrente das deliberações havidas sobre a matéria em sede do Conselho Municipal de Educação e Câmara Municipal – onde foram aprovados os escalões de rendimento, valores de custo das refeições e prolongamento de horário para o ano lectivo 2004/2005, procederam os serviços ao tratamento dos cerca de 1.400 processos relativos ao 1.CE.B. e 1.175 do pré-escolar. No sentido de se garantir uma primeira avaliação foram as listas remetidas aos respectivos estabelecimentos/agrupamentos em 23 de Julho. Em 04/08/25, foram enviadas as relações provisórias para cada estabelecimento/agrupamento, tendo em vista o exercício do direito de reclamação pelos encarregados de educação, cujo prazo decorria até 14 de Setembro. Assim e no sentido de permitir a imediata liquidação das verbas relativas ao apoio para os livros e material didáctico e a confirmação dos escalões de comparticipação das refeições, após a análise dos processos de reclamação recebidos até 28 de Outubro, proponho:- 1. Sejam aprovados os auxílios económicos a alunos carenciados do 1º C.E.B. para o ano lectivo 2004/2005, representando um encargo de 24.920 euros, para aquisição de livros e material didáctico e de 103.384,89 euros para as refeições comparticipadas, num total de 128.304,89 euros. 2. Sejam aprovadas as relações finais relativas à Educação Pré-Escolar, onde constam o escalão atribuído e encargos respectivos com a componente de apoio à família, cujos custos para o Município se estimam em 72.274 euros. (a) Flora Passos Silva.”. A Câmara Municipal deliberou ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **(05)**

**PROTOSCOLOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA:-** Pelo Vereador José Maria Costa foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “PROPOSTA – PROTOSCOLOS DE COLABORAÇÃO - JUNTAS DE FREGUESIA – Nos termos da Lei nº

169/99, de 18 de Setembro, e no espírito da colaboração técnico-financeira que o Município de Viana do Castelo vem desenvolvendo com as Juntas de Freguesias, propõe-se a celebração de um conjunto de protocolos de colaboração. A Câmara Municipal propõe-se transferir os seguintes meios financeiros para as Freguesias, de acordo com o acompanhamento dos projectos e estimativas orçamentais relativos aos empreendimentos. As transferências de verbas previstas em 2004 para as freguesias serão efectuadas de acordo com os autos de medição a efectuar pelos serviços técnicos municipais:

FREGUESIA	OBRA	MONTANTE
Deão	Cemitério – Aquisição de terreno	8.200 €
Mazarefes	Alargamento Rua Bate Estacas	15.000 €
Vila Fria	Aquisição de terreno – Cemitério	30.000 €
Cardielos	Tanque florestal	5.000 €
<b>Total</b>		<b>58.200 €</b>

(a) José Maria Costa.”. A Câmara Municipal deliberou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente a totalidade de membros em efectividade de funções. **AUSÊNCIA DE VEREADORA:-** Quando os trabalhos iam neste

ponto ausentou-se a Vereadora Ilda Araújo Novo. **(06) PROCESSO DE OBRAS Nº 421/03 - TURILIMA, EMPREENDIMENTOS TURISTICOS VALE DO LIMA,**

**S.A:-** A Câmara Municipal deliberou remeter a apreciação do presente assunto para uma próxima reunião camarária. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(07) ALTERAÇÕES**

**ORÇAMENTAIS:-** A Câmara Municipal deliberou introduzir as seguintes alterações ao orçamento municipal em vigor:-

Tipo de Modificação: AOD –		Número 21			
Orgânica	Económica	Designação(Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
01	020203	Conservação de bens	8.000,00	3.000,00	
01	020225	Outros serviços	160.000,00	3.000,00	
01	040305	Serviços e fundos autónomos	8.000,00		7.000,00
01	0405010109	Outros	870.329,00		89.500,00
01	04050109	Outros	61.300,00		65.000,00
01	080102	Privadas	27.000,00		40.000,00
01	0805010101	Melhoramentos	1.089.141,20		70.000,00
01	0805010102	Sedes de juntas e centros cívicos	255.000,00		130.000,00
01	0805010103	Arranjos urbanísticos	140.000,00	15.000,00	
01	0805010104	Maquinaria e equipamento de transporte	95.000,00		20.000,00
01	0805010106	Viação rural	1.150.000,00	200.000,00	
01	0805010107	Pavilhões desportivos	115.000,00	5.000,00	
01	0805010109	Outras transferências	574.500,00		50.000,00
02	02020909	Outros	42.000,00	7.000,00	
02	020217	Publicidade	36.000,00	4.000,00	
02	020220	Outros trabalhos especializados	40.500,00	3.500,00	
02	020225	Outros serviços	130.000,00	10.000,00	
02	070107	Equipamento de informática	88.500,00	2.000,00	
02	070109	Equipamento Administrativo	20.000,00	2.000,00	
03	020101	Matérias-primas e subsidiárias	46.000,00	9.000,00	
03	02010202	Gasóleo	285.000,00	70.000,00	
03	020203	Conservação de bens	138.000,00	15.000,00	
03	020204	Locação de edifícios	160.000,00	10.000,00	
03	020220	Outros trabalhos especializados	23.000,00	13.000,00	
03	0701020309	Outros	175.500,00	6.500,00	
03	07010399	Outros	194.000,00	2.500,00	
03	07010402	Sistema de drenagem de águas residuais	2.837.200,00		40.000,00
03	070110	Equipamento básico	135.500,00	1.500,00	
03	07030308	Viadutos e obras complementares	2.291.292,74	45.500,00	
04	02010299	Outros	80.000,00	5.000,00	
04	020120	Material de educação, cultura e recreio	64.000,00	2.000,00	
04	020121	Outros bens	172.000,00	30.000,00	
04	020203	Conservação de bens	62.000,00	5.000,00	
04	02021001	Transportes escolares	750.000,00		50.000,00
04	020211	Representação dos serviços	7.500,00	1.000,00	
04	020217	Publicidade	80.000,00	5.000,00	
04	020219	Assistência técnica	16.000,00	3.000,00	
04	020220	Outros trabalhos especializados	193.600,00	15.000,00	
04	020225	Outros serviços	600.000,00	20.000,00	
04	0405010109	Outros	68.200,00		20.000,00
04	04070101	Fins culturais e turísticos	530.000,00	30.000,00	
04	04070109	Outros	126.000,00		50.000,00
04	07010305	Escolas	867.000,00	32.000,00	
04	070109	Equipamento administrativo	10.000,00	5.000,00	
04	070110	Equipamento básico	384.000,00	1.000,00	
05	020101	Matérias-primas e subsidiárias	34.500,00	4.000,00	
05	020108	Material de escritório	25.000,00	8.000,00	
05	020203	Conservação de bens	11.000,00	5.000,00	
05	020225	Outros serviços	126.000,00	1.000,00	
05	07011501	Estudos e projectos	426.500,00	32.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:				631.500,00	631.500,00

Tipo de Modificação: APA			Número: 19			
Orgânica	Económica	Plano	Designação(Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
04	02021001	2002 A 5	Transportes escolares	750.000,00		50.000,00
04	04070101	2002 A 6	Fomento à Cultura-Protoc.contratos desenvolv.	530.000,00	30.000,00	
04	04070109	2002 A 6	Fomento à Cultura-Protoc.contratos desenvolv.	126.000,00		50.000,00
04	020225	2002 A 8	Promoção de eventos culturais	317.000,00	20.000,00	
01	0805010102	2002 A 17	Centros cívicos	145.000,00		80.000,00
01	0805010102	2002 A 18	Sedes da Junta	110.000,00		50.000,00
01	0805010104	2002 A 20	Equip/maquinarias e material de transporte	95.000,00		20.000,00
01	0805010109	2002 A 21	Cemitérios	74.500,00		30.000,00
01	0805010103	2002 A 22	Outras transferências	140.000,00	15.000,00	
01	0805010109	2002 A 22	Outras transferências	225.000,00	50.000,00	
01	0805010107	2002 A24	Instalações desportivas	115.000,00	5.000,00	
01	0805010106	2002 A 25	Viação rural	1.150.000,00	200.000,00	
01	0805010101	2002 A 27	Qualif. espaços pub.e inf.(melhoramentos)	1.089.141,20		70.000,00
02	020220	2002 A 31	Gabinete de higiene e segurança	33.500,00	3.500,00	
01	0805010109	2002 A 41	Conservação e reparação parque escolar	80.000,00		50.000,00
01	0405010109	2002 A 42	Inserção emprego e formação prof./outras	100.500,00	500,00	
04	0405010109	2002 A 43	Valorização ambiental e limpeza praias	59.700,00		20.000,00
01	0805010109	2002 A 45	Prevenção de fogos florestais	5.000,00		20.000,00
04	020220	2002 A 49	Projecto de natação 1º ciclo	107.000,00	15.000,00	
01	04050109	2003 A 2	Outros municípios	6.300,00		10.000,00
01	04050109	2003 A 12	Outras transferências Correntes	5.000,00		5.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					339.000,00	455.000,00

Tipo de Modificação: API			Número: 21			
Orgânica	Económica	Plano	Designação(Económica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
03	0701020309	2002 I 43	Outras construções e beneficiações	170.500,00	6.500,00	
05	07011501	2002 I 73	Estudos e projectos	267.000,00	32.000,00	
04	07010305	2002 I 98	Outras construções e beneficiações	306.000,00	32.000,00	
04	070110	2002 I 99	Equipamento e apetrechamento	138.000,00	1.000,00	
03	07030308	2002 I 109	Bairro de Darque (IGAPHE)	541.792,74	2.500,00	
03	07010399	2002 I 123	Remodelação e beneficiação	146.000,00	2.500,00	
03	070110	2002 I 136	Equipamento básico	11.500,00	1.500,00	
02	070109	2002 I 144	Equipamento administrativo	20.000,00	2.000,00	
04	070109	2002 I 144	Equipamento administrativo	10.000,00	5.000,00	
03	07030308	2002 I 151	P.I. Linha Férrea Darque	548.500,00	43.000,00	
02	070107	2003 I 21	Equipamento informático	88.500,00	2.000,00	
03	07010402	2004 I 14	Sistema saneamento ETAR Barroelas	1.477.500,00		40.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					130.000,00	40.000,00
Total Geral .....					1.100.500,00	1.126.500,00

Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(08) ANIMAÇÃO CULTURAL - TEMPORADA OUTONO/INVERNO - AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS:-** Pela Vereadora Flora Passos Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “PROPOSTA – ANIMAÇÃO CULTURAL – TEMPORADA OUTONO/INVERNO - AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS - Importando dar continuidade a um programa cultural que pela qualidade,

regularidade e diversidade dos eventos consolide a atractividade turístico-cultural de Viana do Castelo, proponho se autorize realizar despesas até 55.000 euros para a Temporada Outono-Inverno que incluirá, entre outros espectáculos e actividades, o Festival de Blues – Simply Blues (de 24 a 27 de Novembro), Ballet “Quebra-Nozes” pelo Teatro Hermitage de S. Petersburgo, Concerto “Félix Fora da Lei”, Espectáculo de Tango Argentino, Projecções de cinema integradas no 10º Aniversário da Ao Norte, Espectáculo de Natal “O Natal dos Simples”, Concertos de Música Clássica promovidos pela Escola Profissional de Música, Teatro Infanto-Juvenil “Pranto de Maria Parda” e “História de Bonecos”, Festas de Natal no Teatro Municipal e Animação Natalícia de Rua, Feirões do Mel e de S. Martinho, bem como Exposições a realizar nos Antigos Paços do Concelho, Museu do Traje e Museu Municipal. (a) Flora Passos Silva.”. A Câmara Municipal deliberou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(09) ATRIBUIÇÃO DE VERBA PARA**

**ARRANQUE DE NOVAS SALAS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA:-** Pela Vereadora Flora Passos Silva foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:- “PROPOSTA – Tendo sido criadas as novas salas de Jardins de Infância de Montedor/Carreço e Outeiro/Cardielos, e à semelhança do verificado com a criação de anteriores salas é necessário proceder à aquisição imediata de alguns materiais de uso corrente, jogos, material diverso para actividades, etc. Para o efeito e na convicção que tal aquisição deverá continuar a ser feita pela educadora responsável pela sala, proponho: 1. Se atribua uma dotação para despesas de arranque das novas salas de educação de infância de 1.000 €/sala; 2. Que as referidas dotações sejam atribuídas aos respectivos agrupamentos. (a) Flora Passos Silva.”. A

Câmara Municipal deliberou ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 1 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar a transcrita proposta. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(10) EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE**

**BARROSELAS - TRABALHOS A MAIS - RATIFICAÇÃO:-** A Câmara Municipal deliberou, nos termos do número 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ratificar o despacho proferido, em 26 de Outubro findo, pelo Presidente da Câmara, pelo qual adjudicou trabalhos a mais na empreitada de “Execução do Centro Escolar de Barrocelas”, à firma Construções Pedro Sanches, Lda., pelo valor de 13.561,53 € (treze mil quinhentos e sessenta e um euros e cinquenta e três cêntimos) sujeito ao valor de IVA, à taxa legal em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(11) EMPREITADA DE**

**CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO - TRABALHOS A MAIS - RATIFICAÇÃO:-** A Câmara Municipal deliberou, nos termos do número 3 do artigo 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, ratificar o despacho proferido, em 26 de Outubro findo, pelo Presidente da Câmara, pelo qual adjudicou trabalhos a mais na empreitada de “Construção da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo”, à firma Telhabel, Pré-fabricados de Betão, S.A., pelo valor de 7.953,46 € (sete mil novecentos e cinquenta e três euros e quarenta e seis cêntimos) sujeito ao valor de IVA, à taxa legal em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto,

Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. **(12) DESPACHOS PROFERIDOS NO**

**USO DOS PODERES DELEGADOS:-** O Presidente da Câmara deu a esta conhecimento dos despachos de adjudicação de vários fornecimentos e empreitadas de obras públicas, proferidos pelo Presidente e pelo Vereador em quem subdelegou, no período que mediou desde a última reunião camarária. **(13) PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO**

**PÚBLICO:-** Encerrada a ordem de trabalhos, foi fixado um período de intervenção aberto ao público, não se tendo registado a intervenção qualquer intervenção. **(14) APROVAÇÃO**

**DA ACTA EM MINUTA:-** Nos termos do número 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que foi a mesma lida e achada conforme e seguidamente assinada pelo Presidente da Câmara e Secretário da presente reunião. Esta deliberação foi tomada por unanimidade estando presente o Presidente da Câmara e os Vereadores Flora Passos Silva, Manuel Ribeiro, José Maria Costa, Rogério Barreto, Joaquim Ribeiro, César Brito e Alberto Midões. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas quinze horas, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.